

Quarta-feira, 16 de maio de 2012

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668
imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br
Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)/ Tina Braga (MTb/5853/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1096

Campanha salarial unificada de SPFs força Governo anunciar reajustes

Não foi bondade da presidente Dilma o anúncio de reajustes salariais para várias categorias de servidores do Executivo nesta semana. Na verdade, a medida é uma resposta à iniciativa das entidades nacionais de servidores federais que, depois de muitos anos, preparam uma campanha nacional unificada desde janeiro. Os reajustes anunciados também não são coisa nova. São cumprimento tardio de acordos fechados com vários setores no ano passado. Tampouco os anunciados reajustes vão arrefecer o ânimo da categoria que já tem um dia Nacional de Luta, unificado, marcado para amanhã, quinta-feira, 17 de maio, com atos públicos em todos os estados e paralisações de diversos setores.

Na última plenária da Fenajufe, realizada há pouco mais de dez dias, foi aprovado por ampla maioria o retorno da Federação à Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais, a CNESF, que reúne as entidades nacionais e já foi responsável pelas maiores e mais exitosas greves da categoria desde os anos 80.

Judiciário precisa virar o jogo rápido

Se o Governo Dilma já deu mostras de “sentir” o ânimo de luta dos federais, no Judiciário ainda temos que fazer muita pressão para incluímos o PCS no orçamento do ano que vem. A recente posse de Ayres de Brito no STF e a aparente disposição de negociar o reajuste manifestado pela Ministra Carmem Lúcia, presidente do TSE, são fatores favoráveis, mas não decisivos para a aprovação do PCS. A única força capaz de pautar o reajuste do Judiciário no Congresso e, conseqüentemente levar o governo a negociar, é uma forte greve do Judiciário.

Na Plenária da Fenajufe todas as avaliações vindas dos estados apontam para a necessidade de uma greve forte antes do recesso parlamentar, embora a maioria reconheça as dificuldades de mobilização.

Por isso, foi elaborado um calendário realista com vistas a construir um processo de luta. Semana que vem será marcada por assembleias em todos os estados para avaliar a disposição dos servidores para a greve e, dia 26, acontece uma reunião ampliada da Fenajufe em Brasília para fazer um balanço da situação nacional e provavelmente definir uma data indicativa para o início da greve.

Debater a greve nos locais de trabalho

Até lá, precisamos debater em cada vara, cartório e demais locais de trabalho a necessidade imediata de mobilização e, concretamente, a disposição para a greve. Na Justiça do Trabalho, em vários estados, tivemos problemas nas últimas greves em relação à negociação dos dias parados, mas se pretendemos conquistar este PCS, precisamos incluí-lo no orçamento do ano que vem. E é melhor que isto se decida até julho, pois no segundo semestre os parlamentares se voltarão para as eleições nos seus estados, e o Congresso se reunirá pouquíssimas vezes, como é de praxe, apenas para votar questões emergenciais em pautas pré-acordadas.

Ou lutamos e conquistamos o PCS, ou sucumbimos aos juros bancários

Os servidores do Judiciário Federal de Santa Catarina precisam decidir na assembléia da semana que vem qual atitude vão tomar. Fazemos uma greve forte agora e garantimos um reajuste decente, na pior das hipóteses para janeiro, ou corremos para os gerentes de bancos para rolar as dívidas a juros nem tão baixos quanto a imprensa alardeia.

Pesquisa recente mostrou que o endividamento dos servidores públicos junto a bancos aumentou substancialmente nos últimos tempos.

**PARTICIPE AMANHÃ DO ATO DOS SPFS DAS 15 ÀS 17HS
EM FRENTE AO TICEN**